

Sistemas agroalimentares sustentáveis: a produção familiar e a comercialização local de alimentos orgânicos em Rolante-RS

Patricia Ines Schwab¹
Jorge Luiz Amaral de Moraes²
Adriana Regina Corrent³

Submissão: 30/10/2021

Aceitação: 28/01/2022

Resumo

Este artigo apresenta resultados de um estudo que tem como objetivo conhecer e analisar o potencial de mercados locais ou de cadeia curta de alimentos orgânicos, produzidos de forma agroecológica, por agricultores familiares em sistemas agroalimentares sustentáveis, no município de Rolante-RS. A pesquisa tem uma abordagem qualitativa e classifica-se quanto a seus objetivos como descritiva-exploratória. Para a coleta de dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas com agricultores familiares e representantes de entidades ligadas ao meio rural local. Os resultados evidenciam a existência, sob o viés dos sistemas agroalimentares sustentáveis, de uma feira de alimentos orgânicos e agroecológicos, da comercialização de cestas de produtos orgânicos e do Grupo Jaracatiá. Estas iniciativas visam formar um coletivo cada vez maior de produção e consumo de alimentos orgânicos, no intuito de incentivar a agricultura familiar e promover a aproximação entre consumidores e produtores. Estes espaços de produção, comercialização e compartilhamento de experiências contam com propriedades já certificadas via organismo participativo de avaliação da conformidade orgânica (OPAC) pela Rede Ecovida de Agroecologia. A dinâmica neo-rural também se faz presente na realidade local, os quais correspondem a uma migração urbana para o rural, buscando desenvolver projetos pluriativos e diferenciados frente ao modelo hegemônico de agricultura. Por fim, reitera-se a importância do desenvolvimento e expansão produtiva por meio de sistemas agroalimentares sustentáveis, frente a um cenário de insegurança alimentar e degradação ambiental cada vez mais presente na atual realidade brasileira.

Palavras-chave: Sistemas alimentares sustentáveis. Agroecologia. Produção de alimentos orgânicos. Agricultura familiar. Neo-rurais.

Sustainable agri-food systems: family production and local marketing of organic food in Rolante-RS

Abstract

This article presents the results of a study that aims to discover and analyze the potential of local or short-chain food, agroecological and organic markets, produced by family farmers in sustainable agro-food systems, in the municipality of Rolante-RS. The research has a qualitative approach and is classified according to its objectives as descriptive-exploratory. For data collection, semi-structured interviews were conducted with family farmers and representatives of entities linked to the local rural environment. The results show the existence, under the bias of sustainable agri-food systems, of a fair for organic and agro-ecological foods, of the sale of baskets of organic products and of the Jaracatiá Group. These initiatives aim to form an ever-greater collective of production and consumption of organic food, to encourage family farming and promote the rapprochement between consumers and producers. These spaces for the production, commercialization and sharing of experiences have properties already certified through a participatory organism for the assessment of organic conformity (OPAC) by the Ecovida Network of Agroecology. The neo-rural dynamics is also present in the local reality, which corresponds to an urban to rural migration, seeking to develop pluriactive and differentiated projects in face of the hegemonic model of agriculture. Finally, the importance of development and productive expansion through sustainable agri-food systems is reiterated, in the face of a scenario of food insecurity and environmental degradation that is increasingly present in the current Brazilian reality.

Keywords: Sustainable food systems. Agroecology. Organic food production. Family farming. New-rural.

¹ Mestrado em Desenvolvimento Regional (FACCAT). Professora do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), campus São Lourenço do Oeste. Email: patricia@sou.faccat.br

² Doutorado em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da FACCAT. Email: jmoraes12@gmail.com

³ Doutorado em Fitotecnia (UFRGS). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), campus Rolante. Email: adriana.corrent@rolante.ifrs.edu.br

1 Introdução

A partir da implementação do processo de modernização da agricultura brasileira, esta, antes voltada ao autoconsumo e ao mercado interno, passou a produzir commodities agrícolas destinadas à exportação. Os mercados internacionais passaram a demandar produtos cada vez mais padronizados e produzidos em grande escala. Para atender essa demanda, os agricultores passaram a utilizar insumos químicos, máquinas agrícolas, sementes híbridas e, mais recentemente, transgênicas, o que resultou no crescimento de áreas com monoculturas. Outro aspecto importante nesse contexto foi o aumento dos impactos sobre o meio ambiente, como resultado desse aumento constante de escala da produção agroalimentar e de matérias-primas agroindustriais.

Os processos de abertura comercial, fortalecimento de cadeias produtivas, estabelecimento de relações contratuais, imposição de produção em maior escala e maior concentração de mercado por parte do segmento agroindustrial, aceleraram a exclusão de agricultores familiares do processo de comercialização da produção e até mesmo do meio rural, gerando a necessidade de se pensar em alternativas includentes. No entanto, para uma parcela importante da agricultura familiar, práticas como diversificação da produção, autoconsumo e a comercialização direta ainda se mantêm como forma de resiliência e de sobrevivência.

Por outro lado, os números da fome, desnutrição e da pobreza, que antes permaneciam praticamente inalterados, agora, agravados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, crescem de forma acelerada. Em função do atraso no início do enfrentamento dos efeitos da pandemia no Brasil, em 2020, e os insuficientes resultados das políticas públicas no sentido de amenizar as consequências da pandemia, já se verifica, em grande parte dos bairros das periferias e nas ruas das grandes cidades brasileiras, a presença de um contingente maior de pessoas em situação de fome e de pedintes. Isto pode ser um indicativo de que o sistema produtivo agroalimentar brasileiro enfrentará grandes desafios, já a partir de 2021, em relação ao atendimento à crescente demanda interna e externa por alimentos, podendo agravar o contexto de crescente pressão sobre os recursos ambientais e perda de biodiversidade.

Sendo assim, um dos principais desafios está relacionado à necessidade de uma maior produção de alimentos para atender essa demanda, ao lado de uma necessária restrição ao uso descontrolado dos recursos ambientais e, conseqüentemente, de uma transição para sistemas agroalimentares mais sustentáveis, tanto em relação aos aspectos socioeconômicos como aos ambientais. Essa é uma equação difícil que terá que ser resolvida nos próximos anos, maior

produção de alimentos para atender essa demanda e, ao mesmo tempo, evitando um aumento descontrolado de inflação, com benefícios socioeconômicos e preservação do meio ambiente.

No Brasil, é destacada a importância da agricultura familiar para a produção de alimentos, sendo que 70% dos alimentos produzidos e destinados ao abastecimento do mercado interno provém da agricultura familiar (FAO, 2017). Desse modo, entender as práticas dos agricultores em relação a sua integração aos mercados e a comercialização da produção, avançando o conhecimento nessa temática, permitirá abrir um novo espaço para a pesquisa em conformidade com as novas demandas por produtos mais saudáveis e de qualidades diferenciadas numa sociedade que busca uma nova relação entre homem, natureza e consumo.

Com base nessas considerações, questiona-se como os agricultores familiares que vêm adotando sistemas produtivos sustentáveis para a produção de alimentos mais saudáveis, agroecológicos ou orgânicos, podem contribuir para o aumento da oferta desses alimentos e de que forma se inserem nos mercados urbanos desses produtos agroalimentares? O objetivo geral do estudo que deu origem a este artigo é conhecer e analisar o potencial dos mercados locais ou de cadeia curta de produtos agroalimentares, orgânicos e/ou agroecológicos, produzidos por agricultores familiares em sistemas de produção sustentáveis.

Mais especificamente, busca-se identificar de que forma os produtores familiares de alimentos agroecológicos e orgânicos do município de Rolante/RS se inserem nesses mercados, verificar a existência, no município, de uma estrutura mínima de comercialização desses produtos, na forma de cadeia curta. Por fim, descrever as percepções dos agricultores familiares que produzem esses alimentos, em relação às perspectivas futuras e desafios enfrentados no mercado para comercialização dos seus produtos.

Na Europa, diversos estudos já têm procurado entender a natureza e a dinâmica de funcionamento das cadeias agroalimentares, com vistas à contribuição para o desenvolvimento local e ao estudo do potencial da produção e consumo de alimentos mais saudáveis ou orgânicos. Para Milone (2014), os agricultores europeus estão tentando reinventar os mercados de seus produtos, começando pela defesa e valorização de sua produção. O seu principal ativo é a força de trabalho da família, a propriedade intelectual, o conhecimento acumulado e a terra. A partir daí, eles buscam criar ou ampliar mercados e reinventar as suas práticas agrícolas.

No Brasil, a postura dos agricultores familiares não é diferente da dos europeus, contudo as pesquisas ainda são incipientes e revelam a necessidade de se aprofundar conceitos, métodos e abordagens que deem conta da diversidade das práticas nos mercados agrícolas e que possam avaliar o potencial para se atingir a sustentabilidade da produção agroalimentar, da agricultura familiar e dos territórios onde estas estão inseridas.

Os resultados do estudo gerados por este artigo poderão contribuir com o Programa de Desenvolvimento Econômico Local (DEL) do município de Rolante/RS, denominado Rolante 2035: o município que desejamos. O programa objetiva aumentar a competitividade e a capacidade de transformação de municípios de pequeno e médio porte, planejando-os com um horizonte de 20 anos. O DEL está estruturado conforme a metodologia do Banco Mundial e do Programa Empreender da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (FACISC), visando a criação de uma política econômica sustentável e o fortalecimento dos setores produtivos estratégicos do município.

2 Fundamentação teórica

Nesta seção apresenta-se um quadro teórico para se refletir o tema das ruralidades. Inicialmente discute-se o papel do rural no desenvolvimento regional e o protagonismo da agricultura familiar no Brasil. Em seguida, aborda-se a agricultura familiar sob a perspectiva dos sistemas agroalimentares sustentáveis de produtos agroecológicos e orgânicos.

2.1 O rural e o desenvolvimento regional

Para Abramovay (2000), o espaço agrícola desempenha uma função que até o início deste século era pouco assimilada no que concerne aos processos de desenvolvimento regional, pois é na região onde residem as raízes históricas, identidades e configurações políticas e econômicas. A noção de ruralidade engloba a dimensão ocupacional, ecológica e sociocultural, com o rural sendo o local onde ocorrem atividades socioeconômicas e culturais e a questão ecológica está envolvida com a preservação de áreas naturais. Sob a ótica do desenvolvimento regional, onde o Estado detém poder de intervenção por meio de políticas públicas, se faz necessário “a busca de alternativas de planos de desenvolvimento para a exploração desta nova dinâmica territorial, marcada pela necessidade de uma aproximação cada vez maior das relações campo-cidade” (MARCUIZZO; RAMOS, 2004, p. 2).

Assim, a definição de desenvolvimento rural traz a ideia de que não é importante apenas a produção agrícola ou seu resultado econômico, mas, também, a qualidade de vida da população que reside em áreas rurais, por meio do acesso à educação, saúde, comunicação, transporte, cultura, habitação, lazer, entre outros. Para Cristóvão (2002), o desenvolvimento rural deve muito à diversificação econômica, reconhecendo que o rural é bem mais do que um simples fornecedor de matérias-primas. O espaço rural tem uma nova legitimidade identitária e não somente a

legitimidade alimentar do passado. Esse novo olhar sobre o rural remete a novas procuras e potencialidades que devem ser aproveitadas em favor do rural.

A multifuncionalidade do espaço rural implica identificação e valorização dos recursos existentes. Assim, então, o meio rural pode ser considerado como um espaço que vem se consolidando como um importante fator de desenvolvimento socioeconômico, a partir de um crescente reconhecimento por parte do Estado, idealizado por uma trajetória de lutas sociais e de debates acadêmicos ao longo dos anos. Assim, se percebe a pluralidade do campo, a contribuição da diversidade de culturas e de atividades para uma economia mais equilibrada e um padrão mais sustentável de apropriação e uso dos recursos naturais.

Conforme Wanderley (2001), alguns aspectos importantes compõem a definição de rural. O primeiro aspecto a ser considerado é o fato de o rural ser reconhecido atualmente como um portador de soluções. Um local onde se encontram alternativas para o emprego, melhoria da qualidade de vida por meio do contato com a natureza e aprofundamento das relações sociais.

A definição de desenvolvimento rural passa pelas relações com a sociedade em diferentes dimensões e não apenas na agrícola. A definição de desenvolvimento rural inclui a participação do Estado, esfera com legitimidade política, apresentando propostas e buscando atingir metas nas ações para desenvolver o meio rural. O objetivo do desenvolvimento rural é buscar melhores condições de vida para a população do meio rural (NAVARRO, 2001).

Neste contexto, o desenvolvimento rural está vinculado a uma base territorial, local ou regional e suas interações com os agentes sociais e os setores produtivos, desenvolvendo diferentes funções que se modificam ao longo do tempo. Sendo assim, o rural é um território socialmente construído com papéis específicos na reprodução e desenvolvimento das sociedades, representado pela complementaridade do rural com o urbano, da produção com o consumo (mercado), das funções atribuídas ao rural e por meio das representações culturais e simbólicas que permeiam a noção de ruralidade. Então, o agricultor familiar é peça chave na construção do campo até os dias atuais e o seu protagonismo será discutido a seguir.

2.2 O protagonismo da agricultura familiar

O reconhecimento da agricultura familiar é resultado do intenso trabalho dos mais diversos setores da gestão pública, dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil. Respondendo aos efeitos dos processos de globalização e de abertura comercial e às crises econômicas, e legitimados por estudos que destacavam o protagonismo da agricultura de base familiar para sustentar a produção e a geração de emprego e renda, se passou a reivindicar ações

diferenciadas de desenvolvimento rural (SCHNEIDER, 2010; NIEDERLE; FIALHO; CONTERATO, 2014).

A agricultura familiar é um setor-chave para garantir a segurança alimentar e erradicar a pobreza na América Latina, no entanto enfrenta limitações significativas que afetam seu fortalecimento. Estimular o potencial produtivo de agricultura familiar e fortalecer os territórios rurais é a chave para um desenvolvimento rural sustentável (FAO, 2018).

Ao longo das primeiras décadas deste século, se destacou no Brasil uma nova categoria sociopolítica no meio rural, a agricultura familiar. Como resultado de uma confluência de fatores, a resiliência e a permanência da agricultura familiar no campo, após o auge do processo de modernização da agricultura, é decorrência de lutas dos mais diversos setores da gestão pública, dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, os quais passaram a reivindicar políticas diferenciadas de desenvolvimento rural (NIEDERLE; FIALHO; CONTERATO, 2014).

Para Wanderley (1999), a agricultura familiar não é uma categoria social recente, no entanto, sua utilização com o significado e a abrangência que lhe têm sido atribuídos nos últimos anos, assume ares de novidade e renovação. Discute-se a condição de o agricultor familiar ser um novo personagem, um pouco diferente do camponês tradicional, embora as semelhanças destes sejam muitas, principalmente no que refere à integração família-trabalho- produção. As principais diferenças são, basicamente, duas: o grau de integração da sua produção aos mercados e a própria limitação desses mercados.

Além disso, essa nova ruralidade compreende também uma expressão singular de migração urbana para o rural, o movimento denominado “neo-ruralismo”. Os neo-rurais procuram instalar-se no meio rural com vistas à criação de projetos pluriativos de atividades no campo. De acordo com Giuliani (1990, p. 1), “a volta às relações diretas com a natureza, a ciclos produtivos e tempo de trabalho mais longos e menos rígidos, o ar puro e à tranquilidade, assim como o desejo de relações sociais mais profundas [...]”. Estas seriam as dimensões que atraem pessoas da cidade ao campo e essas novas formas de migração para o campo podem fomentar um desenvolvimento rural sustentável.

Os circuitos agroalimentares curtos vêm se tornando uma estratégia viável de manutenção das famílias no meio rural devido à garantia de rentabilidade, já que fortalecer essa classe social implica na criação de meios para se diversificar opções de trabalho e renda. As cadeias curtas constroem novas formas de interação entre produção e consumo, mediante o resgate da procedência e da identidade do produto, por meio da comercialização, muitas vezes pelos próprios produtores, em feiras coloniais, venda de “porta em porta”, tendas rurais, “colhe e pague”, cooperativas de consumidores, eventos especiais do segmento, comércio local,

agroindústrias familiares, entre outros (POZZEBON; RAMBO; GAZOLLA, 2018; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

O setor agrícola tem sido considerado um vilão em função de seus efeitos negativos sobre os recursos ambientais em muitos países. No entanto, a possibilidade de uma agricultura sustentável, tanto socioeconômica como ambiental, produzindo alimentos saudáveis e serviços turísticos e ambientais, gerando empregos e renda para as famílias rurais, vem se concretizando nos estados do sul do Brasil.

2.3 Agricultura familiar e os sistemas produtivos agroalimentares sustentáveis

Com a necessidade de sistemas agroalimentares mais sustentáveis, estudos da diversidade de plantas alimentares nos mercados locais podem contribuir para se compreender melhor o papel dos mercados locais. Estes podem ser pontos de acesso à agrobiodiversidade local e um ponto de acesso a materiais de propagação de plantas e, particularmente, de sementes para os agricultores familiares que tenham interesse em produzir de forma sustentável, contribuindo para a manter a diversidade local-regional.

De acordo Schutter (2012), para garantir o direito à alimentação, os sistemas agroalimentares devem cumprir três objetivos. Primeiro, devem garantir a disponibilidade de alimento para todos, ou seja, atender toda a demanda por alimentos da população do país. O segundo objetivo dos sistemas agroalimentares é o de que devem contribuir para aumentar a renda dos agricultores familiares, de forma que o efeito multiplicar dessa produção contribua para a redução da pobreza de outros setores, estimulando o aumento da renda e do consumo de alimentos pelos mais pobres. Atualmente, estes são os que mais sofrem os efeitos da fome provocada pelo descontrole da pandemia de Covid19 no Brasil. Terceiro, a agricultura não deve comprometer a sua capacidade de satisfazer as necessidades futuras pela perda de biodiversidade e pelo uso insustentável dos recursos ambientais, principalmente da água e dos solos, comprometendo a capacidade de uso desses recursos no futuro (SCHUTTER, 2012).

Os sistemas produtivos agroalimentares mais sustentáveis produzem alimentos considerados “mais saudáveis” ou de melhor qualidade nutricional, quando comparados aos alimentos produzidos de forma convencional, sem restrições ao uso de agroquímicos e de pacotes tecnológicos tradicionais. Esses alimentos mais saudáveis produzidos nesses sistemas produtivos mais sustentáveis passam a ter, basicamente, duas denominações conceituais, os agroecológicos e os orgânicos. Essa diferenciação, qualitativa e conceitual, é devido a algumas variações no modo de produção, resultante de uma diferenciação nas técnicas adotadas, e, mais relacionadas aos

sistemas produtivos agroecológicos, a valorização cultural local, maior diversificação da produção e uma relativa autonomia no uso de alguns insumos externos.

Essas diferenças no modo de produção geralmente não são identificadas ou são desconhecidas de grande parte dos consumidores desses produtos, sendo, por isso, muito comum as denominações agroecológicos e orgânicos serem utilizadas como sinônimos. Para os dois tipos de produtos é necessária a certificação do produto pelas instituições que atuam no Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, credenciadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Altieri (2009), pioneiro nos estudos e na divulgação dos conceitos e metodologias da Agroecologia, define esta como a ciência ou disciplina científica que apresenta os princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir e avaliar os agroecossistemas, quando o objetivo é implantar sistemas produtivos agroalimentares mais sustentáveis. Assim, a Agroecologia proporciona as bases científicas para apoiar o processo de transição para uma agricultura mais sustentável nas suas diversas denominações.

Aproveitar os múltiplos benefícios para a sustentabilidade derivados de abordagens agroecológicas requer um ambiente propício, incluindo políticas apropriadas, investimentos públicos, instituições e prioridades de pesquisa. Tanto a produção agroecológica como a orgânica se baseiam na concepção e organização de acordo com um contexto específico de produção agrícola e pecuária, explorações agrícolas e territórios. Emprega soluções que preservam a biodiversidade acima e abaixo do solo, bem como a diversidade cultural e de conhecimentos, com atenção especial ao papel das mulheres e dos jovens na agricultura (HLPE, 2019).

A partir de sua visão sociológica sobre o mundo rural, adquirida pela sua experiência junto a alguns movimentos sociais ligados ao rural, Navarro (2013) faz algumas considerações críticas à politização do termo Agroecologia, embora admita que ciência e política não podem ser separadas, pois o mundo da experimentação não está descolado do mundo social. No entanto, o autor afirma que no campo do conhecimento a separação entre ciência e ideologia deve existir. Mas ele concorda que no início da década de 2000 era necessária uma palavra- unificadora que abrigasse as múltiplas visões de agriculturas alternativas então existentes e que a Agroecologia foi importante para unificar e eliminar a competição entre as diferentes perspectivas de agricultura ecológica existentes naquele momento. O autor admite, também, que a transição desejada pelos proponentes da Agroecologia tem “méritos inegáveis e é necessária para a construção de um padrão tecnológico que preserve os recursos naturais e gradualmente concretize o ideal da sustentabilidade” (NAVARRO, 2013, p. 44).

Porém, Navarro (2013) aponta que são necessários e urgentes esforços da pesquisa agrícola, assim como também os estudos sobre os novos mercados de alimentos e de serviços ambientais e turísticos, que possam oferecer, em escala crescente, saídas tecnológicas e economicamente viáveis aos agricultores familiares de baixa renda e com poucos recursos ambientais e produtivos. Portanto, é necessário que estes agricultores possam aumentar sua produtividade e rentabilidade, preservando a diversidade e produzindo de forma sustentável, socioeconômica e ambiental.

Nos últimos anos vem se expandido a área com produção de alimentos agroecológicos e/ou de orgânicos, por conta, principalmente, da maior demanda dos consumidores por esse tipo de alimento e de uma maior conscientização das vantagens ambientais na utilização de sistemas agroalimentares mais sustentáveis. No entanto, segundo Mottet et al. (2020), essa conscientização em relação às vantagens dos cultivos agroecológicos para a sustentabilidade tem acontecido com baixa velocidade. As razões para isso tem sido a fragmentação das comprovações das vantagens e das práticas nos sistemas agroecológicos, devido aos métodos de avaliação do desempenho e ao fato de os dados serem muito heterogêneos, às escalas e prazos diferentes e às lacunas de conhecimento. Por isso, 70 representantes de organizações ligadas à agroecologia em todo o mundo iniciaram, em 2020, uma busca por uma Ferramenta de Avaliação de Desempenho em Agroecologia (TAPE), para “produzir e consolidar evidências sobre o desempenho multidimensional dos sistemas agroecológicos” (MOTTET et al., 2020, p. 1).

A agroecologia e a produção orgânica pode ser uma base sólida para o desenvolvimento de sistemas agroalimentares, igualmente sustentáveis do ponto de vista ambiental, econômico e social (HLPE, 2019). Essas abordagens se apoiam na aplicação de conceitos e princípios ecológicos com o objetivo de otimizar as interações entre plantas, animais, humanos e o meio ambiente, levando em consideração os aspectos sociais que devem ser atendidos para alcançar um sistema agroalimentar justo e sustentável. Com isso, ao criar sinergias, elas podem sustentar a produção de alimentos e garantir a segurança alimentar e nutricional, enquanto restaura os serviços ecossistêmicos e a biodiversidade que são essenciais para a agricultura sustentável. Também podem desempenhar um papel importante na construção de resiliência e da adaptação às mudanças climáticas (HLPE, 2019).

A agricultura orgânica, assim como a agroecologia, tem a capacidade de promover e manter serviços ecossistêmicos, produzindo alimentos de melhor qualidade nutricional e fibras e energia com menores riscos ambientais, utilizando um modo de produção que preserva a biodiversidade e os recursos ambientais (CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

Os agricultores familiares são considerados os principais protagonistas nas atividades e práticas agrícolas nos sistemas agrícolas sustentáveis relacionados com a agroecologia. De acordo com a FAO (2021):

Agroecologia é uma disciplina científica, um conjunto de práticas e um movimento social. Como ciência, estuda como os diferentes componentes dos agroecossistemas interagem. Como um conjunto de práticas, busca sistemas agrícolas sustentáveis que otimizem e estabilizem a produção. Como um movimento social, ele busca papéis multifuncionais para a agricultura, promove a justiça social, nutre a identidade e a cultura e reforça a viabilidade econômica das áreas rurais (FAO, 2021, p.1).

De acordo com FAO (2021), os agricultores familiares são as pessoas que possuem as ferramentas para praticar a Agroecologia. Eles conhecem muito bem e têm a sabedoria e a habilidade necessárias para esta disciplina. Portanto, os agricultores familiares são elementos-chave para a produção de alimentos mais saudáveis. Logo, considera-se que há uma relação sinérgica entre agricultura familiar, políticas públicas, cadeias agroalimentares curtas e a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Para a garantia do direito à alimentação é necessário o fortalecimento da agricultura familiar, esta já é responsável por parte considerável da produção diversificada de alimentos – no Brasil 70% dos alimentos produzidos provém da agricultura familiar, contribuindo para a SAN da população em geral.

A abordagem sistêmica e a sustentabilidade dos sistemas agrícolas que adotam os princípios agroecológicos ou a agricultura orgânica contribuem para o aumento da sustentabilidade socioeconômica e ambiental do desenvolvimento rural. Isto porque, além dos aspectos ambientais positivos, esses sistemas agroecológicos aumentam o potencial de geração de renda e de postos de trabalho para os agricultores familiares, porque estes passam a ter acesso a novos mercados e redes sociais de comercialização.

Por fim, é necessário destacar a relação da produção de alimentos orgânicos e agroecológicos com a agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), assinada em 2015 por todos os países membros. Esta agenda estabeleceu os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as metas a serem atingidas até 2030. Entre estas se incluem a de acabar com a pobreza e a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição, promover sistemas agrícolas sustentáveis, assegurar uma vida saudável e promover a produção, o consumo e o desenvolvimento socioeconômico e ambiental sustentável, garantindo a biodiversidade e o uso eficiente dos recursos naturais.

3 Aspectos metodológicos

O presente estudo classifica-se quanto a sua abordagem como qualitativa. Considera-se também o critério de classificação de pesquisa proposto por Vergara (2013), que qualifica a pesquisa em relação a dois aspectos, quanto aos fins e quanto aos meios. Em relação aos fins a presente investigação é descritiva e exploratória, a qual compreende o aprofundamento do tema de forma teórica relacionando-o com a realidade. Quanto aos meios, a pesquisa foi bibliográfica e de campo.

A unidade de análise do estudo compreende o município de Rolante/RS. Este faz parte do Vale do Paranhana, na Encosta da Serra Gaúcha e integra a Região Metropolitana de Porto Alegre, e tem como municípios limítrofes: Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula, Riozinho e Taquara.

A amostra do presente estudo é a não probabilística do tipo intencional e por acessibilidade. O levantamento realizado evidenciou que a Feira Ecológica e o Grupo Jaracatiá contavam, no momento da pesquisa, com a participação de sete famílias, onde um integrante de cada uma das famílias compôs a amostra deste estudo. Além destes, compuseram também a amostra um representante da Emater/RS do escritório situado no município de Rolante e um representante do IFRS campus Rolante. Sendo assim, totalizaram em 9 os sujeitos da presente pesquisa. Os produtores são identificados ao longo do texto como Produtor 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7, e os demais como Representante A e B.

A coleta de dados se deu por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas ao longo do ano de 2020 in loco. A análise dos dados foi conduzida mediante o método da análise de conteúdo (BARDIN, 2006). Ressalta-se que as entrevistas só foram iniciadas após a autorização no Termo de Consentimento, visando garantir os princípios éticos para realização do estudo.

4 Resultados e discussões

O cenário do estudo, o município de Rolante/RS, está localizado a 90 km de Porto Alegre, integrando a região metropolitana e Reserva Biosfera de Mata Atlântica. Sua economia gira em torno da indústria coureiro calçadista, comércio, serviços e agronegócio. Rolante tornou-se município em 28 de fevereiro de 1955, até então seu território pertencia a Santo Antônio da Patrulha.

Buscando percorrer brevemente a trajetória histórica da localidade, sabe-se que foi em 1882 que teve início o processo de ocupação de Rolante pelos imigrantes alemães, vindos de São

Leopoldo, Taquara e São Sebastião do Caí. Já os ítalo-brasileiros chegaram por volta de 1905, procedentes de Caxias do Sul, Salvador do Sul, Farroupilha e Gramado. Em 19 de abril de 1909, por designação do Governo da Província, Rolante passou a ser Distrito de Santo Antônio da Patrulha. Logo, começaram a chegar as famílias húngaras, seguidas pelas suecas e polonesas. Constituindo assim a formação étnica da população rolantense (NANDI, 2015).

O município de Rolante possui um território de 295,6 km² e uma população, em 2010, de 19.485 habitantes, destes, 4.175 (21,43%) são residentes na área rural. Se faz importante ressaltar que o município apresentou um aumento de aproximadamente 6,5% na sua população rural em relação ao censo do ano 2000, o que diverge, de modo geral, da realidade brasileira e da do estado do Rio Grande do Sul. A população total estimada para 2018 era de 21.199 habitantes (IBGE, 2010).

4.1 A Feira ecológica: histórico

Um dos principais tipos de cadeias curtas são aqueles nas quais a relação entre os atores ocorre diretamente, onde as interações se dão face a face. Nesses mercados, também considerados de proximidade, a autenticidade dos produtos e a confiança estão associadas às relações pessoais resultantes da oportunidade que os consumidores têm de comprarem seus alimentos diretamente dos produtores, sem qualquer intervenção de atravessadores.

Sob esse enfoque da construção social dos mercados, se apresenta a iniciativa analisada, a Feira Ecológica. A feira iniciou suas atividades em meados de dezembro de 2017, no IFRS campus Rolante, resultado de um trabalho realizado desde 2015, uma parceria entre o IFRS, a Emater do município e a iniciativa de uma agricultora, identificada neste trabalho como Produtora 7.

O processo de construção desse mercado alimentar é relatado pelos entrevistados:

Tudo isso surgiu em 2015, quando eu fiz um curso na UFRGS e voltei assim: meu deus por que eu compro verduras em Rolante que vieram sei lá eu da onde, e se eu quero um orgânico eu preciso ir até POA? Daí eu fui na Emater e lá me falaram que tinha vindo uma agricultora que queria começar um trabalho nesta perspectiva (REPRESENTANTE A, 2020).

Antes eu trabalhava fora né, daí a mãe tinha quebrado a perna e eu tava com a nenê pequena, daí não tinha o que fazer, vim embora da fábrica. Fui lá na Emater ver uma coisa pra mim fazer, fazer uma coisa sem usar veneno né, daí a Emater sugeriu a horta. Queria produzir sem veneno por causa de mim, uma coisa mais limpa né, e por causa das crianças, porque produzir com veneno é bom na hora, mais tarde tu gasta né, em remédio e outras coisas (PRODUTORA 7, 2020).

A Produtora 12 foi o embrião de tudo que aconteceu até hoje. Ela saiu da propriedade e veio trabalhar no calçado, e trabalhava fim de semana na roça pra ter, ter alimentação né e, até que o dia que ela desistiu, não queria mais morar na cidade e voltou pra lá [...] Aí ela chegou aqui com as primeiras cestas e eu fui com ela lá no instituto federal pra vender, aí ela trouxe cinco, cinco cestas e vendeu as cinco. Na outra semana ela trouxe oito, daí ela começou, ela chegou a vender mais de 30 cestas por semana porque ela aumentou a produção e ela hoje domina a área dela, hoje ela até me ensina, ela vive aquilo todo dia né. E a cesta facilita pro produtor, facilita pro consumidor, porque ele vai ter um valor menor de produto e dá uma garantia pra quem vai vender porque tu sabe que tu vai vender tudo que tu tem, que a pessoa não vai escolher, se tu tiver laranja tu bota, se tu tem banana tu bota, aí tu bota aipim, tu bota couve e na outra semana tu vai ter outros produtos, vai ter chuchu tu vai botar, tu vende tudo que tu tem. E a partir dela começou o grupo de consumidores também (REPRESENTANTE B, 2020).

Os relatos demonstram como se deu o início do que hoje pode-se chamar de uma rede agroalimentar alternativa, devido ao seu perfil agroecológico. O surgimento da Feira Ecológica está ligado à necessidade que uma agricultora tinha de construir um espaço autônomo de comercialização, onde ela pudesse conciliar as suas atividades do dia a dia com as responsabilidades quanto ao seu grupo familiar, além de produzir um alimento diferenciado e sem agrotóxicos.

Um elemento a ser discutido, a partir dos relatos, é o grupo de consumidores. Os grupos de consumo são considerados também canais de comercialização dos Mercados de Proximidade (SCHNEIDER, 2016). A partir da origem da comercialização de cestas prontas de hortaliças no IFRS pela Produtora 7, em novembro de 2015, com a divulgação do trabalho, a qualidade dos produtos e a facilidade de aquisição, a demanda foi crescendo e chegou a contar com um grupo de 120 consumidores cadastrados em um aplicativo de rede social, que também é utilizado para a encomenda das cestas. Em outubro de 2019 esse grupo contava com 101 participantes. No ano de 2017 cerca de 800 cestas foram comercializadas pela Produtora 7.

A iniciativa foi institucionalizada como projeto de extensão do IFRS campus Rolante, intitulado “Grupo de Consumidores Orgânicos de Rolante/RS”. A ação pretendia formar um coletivo de consumo de alimentos orgânicos com o viés de incentivar a agricultura familiar e promover a aproximação entre consumidores e produtores. Com o passar de dois anos é possível afirmar que o objetivo do projeto foi alcançado, novos agricultores em processo de transição agroecológica se juntaram a proposta dando início a um novo projeto de extensão e uma ampliação da comercialização de cestas, a Feira Ecológica.

A Feira Ecológica integra o projeto de extensão, também do IFRS, “Circuitos curtos de comercialização: potencializando a produção orgânica de alimentos no Vale do Paranhana”. Este tem como objetivo implantar uma feira de agricultura ecológica e, também, certificar a produção orgânica através de um sistema participativo de garantia do Grupo Ecovida de Agroecologia, processo esse que ainda está em andamento. Importante frisar que somente a partir da

certificação da sua produção é que esses agricultores poderão rotular e comercializar esses produtos como orgânicos, assim sendo os produtos comercializados nessa feira são rotulados como ecológicos.

Quando eu falo agroecológico né, agroecologia na verdade é uma ciência, não posso dizer que meu produto é agroecológico, porque não existe. A agroecologia é uma forma de ver agricultura, melhor chamar de agricultura ecológica, não tira a cultura do agrícola, agroecologia é uma forma de você produzir e viver, e a produção orgânica é aquela que atende a legislação, que foi criada com todos os seus decretos e que gera um selo. Nós trabalhamos nesse viés da agroecologia (REPRESENTANTE A, 2020).

A primeira edição da feira foi realizada em dezembro do ano de 2017 no IFRS campus Rolante e contou com a participação de 10 agricultores e agricultoras, comercializando produtos livres de agrotóxicos. Em função de sua boa repercussão e a parceria entre produtores, IFRS e Emater, desde março de 2018, a feira passou a ser realizada, até hoje, semanalmente no centro da cidade de Rolante.

Paralelo à consolidação da Feira Ecológica e apoiados pelo projeto de extensão dos circuitos curtos, criou-se o Grupo de Agricultores Jaracatiá, com o propósito da promoção da agroecologia e da produção orgânica com certificação.

Isso era um projeto-piloto praticamente, porque ninguém acreditava. Então a gente vivia uma dicotomia, porque as pessoas diziam assim, qualquer evento que a gente falasse disso, as pessoas diziam: 'não adianta produzir orgânicos que não tem mercado'. Aí o outro lado dizia assim: 'ah, orgânico é muito caro e eu não encontro'. Vamos conectar essas pessoas! E aí foi esse o trabalho do grupo, por dois anos a gente fez vários eventos de divulgação da comida orgânica e através de outros temas, não assim como orgânico, mas a gente fez eventos com relação a utilização de temperos, especiarias, trouxe Chefs, enfim, teve duas formações sobre PANCs, ainda quando ninguém falava muito. E aí mais interessados se manifestaram para a entrega de cestas. Então no dia 07 de março de 2018 a gente fez uma primeira reunião de interessados, em torno de 20, entre agricultores e neo-rurais, apareceram para a constituição do grupo, porque aí eu trabalharia para o grupo, e em paralelo a gente trabalhou a organização do grupo e a criação da feira. Só que o grupo ele é autogestionado, ele tem que se virar, eu dou meus 'pitacos' as vezes, mas o grupo tem que se organizar. O grupo criou suas normas, suas formas de convivência, as dinâmicas das reuniões. Normalmente o grupo faz uma reunião com já seguindo um esquema de certificação participativa da rede Ecovida, então a gente já foi direcionando tudo para certificação participativa. E aí a gente está neste esquema de muitas reuniões e definições (REPRESENTANTE A, 2020).

No que se refere ao grupo Jaracatiá, atualmente ele é composto por cerca de 20 agricultores, o que corresponde em torno de oito a dez famílias. Sobre a composição desse grupo ao longo do tempo, pode se dizer que ele ainda não se caracteriza como um grupo consolidado, devido a sua volatilidade, com muitas entradas e saídas de pessoas desde a sua criação. Um motivo que justifica tal volatilidade é o fato de que muitos produtores querem ingressar no coletivo para poderem vender seu produto na feira, entretanto esse não é o principal propósito do grupo, que busca a promoção da agroecologia e a certificação participativa. Em relação a isto, é importante

frisar que nem todos os que compõe o grupo Jaracatiá comercializam produtos na Feira Ecológica, como é o caso da Produtora 7, que prefere somente trabalhar com entrega de cestas prontas.

As tratativas para o ingresso do respectivo grupo na rede Ecovida de Agroecologia do Vale do Caí, pioneira no desenvolvimento do sistema participativo de garantia, iniciou em julho de 2019. A certificação da produção orgânica garante ao consumidor não somente a qualidade do alimento, mas assegura também que o processo produtivo está alicerçado no respeito ao meio ambiente, no uso e preservação da agro biodiversidade e no comércio justo. A legislação brasileira define três mecanismos que atestam a qualidade orgânica: certificação por auditoria (CA), organismo participativo de avaliação da conformidade orgânica (OPAC) e organização de controle social (OCS) (BRASIL, 2007).

O ingresso do grupo de agricultores Jaracatiá na OPAC Rede ECOVIDA de Agroecologia foi aprovado em agosto de 2019. A partir desta aprovação, o grupo Jaracatiá passou a integrar a Rede ECOVIDA, trabalhando segundo o regimento da mesma. As avaliações da conformidade orgânica das propriedades participantes e dos seus respectivos planos de manejo para a concessão do selo orgânico iniciaram no início de 2020, e em função da Pandemia da Covid-19 ocorreu um atraso na programação das visitas de pares, para avaliação da conformidade orgânica. As propriedades foram visitadas em junho de 2020. Após encaminhamento de documentos e planos de manejo para a OPAC, quatro propriedades foram certificadas, envolvendo 8 agricultores e agricultoras e os certificados de Produção Orgânica foram emitidos em dezembro de 2020.

Este é o primeiro grupo de agricultores certificados pelo sistema de SPG (Sistema Participativo de Garantia) nas cidades de Rolante/RS, Riozinho/RS e Taquara/RS. A conquista do selo orgânico qualifica e valoriza a produção orgânica local, aprimorando os processos que envolvem os cultivos agroecológicos e promovendo a alimentação saudável, além da preservação do meio ambiente.

Com a certificação da produção orgânica dos agricultores agroecológicos, estes passam a ser classificados, de acordo com os mecanismos de ampliação das cadeias curtas de abastecimento de alimentos (CCAAs), de Renting, Marsden e Banks (2017), como CCAAs ampliadas. Os circuitos curtos ampliados, possibilitam a venda dos produtos para consumidores fora da região de produção, incorporando informações de enraizamento local impressas na embalagem, visando conectar o consumidor ao local/espço de produção, condizendo ao conceito de embeddedness (POLANYI, 2000).

No momento da pesquisa, a Feira Ecológica contava com a participação de 6 famílias de agricultores familiares, os quais realizam a feira todas as quartas-feiras, das 9h da manhã às 15h da tarde. São comercializados por eles frutas da estação, hortaliças, Plantas Alimentícias Não

Convencionais (PANCS), melado, chás, sabão artesanal, cogumelos, entre outros, produtos classificados por eles como ecológicos, até não obterem o selo de certificação orgânica. A discussão acerca do perfil dos feirantes se dará no Tópico 4.3.

Com o advento da pandemia da Covid-19, do desconhecimento das consequências do vírus e da insegurança, o grupo de agricultores decidiu não mais realizar a feira presencialmente e sim realizar entregas semanais. Desta forma conseguiram escoar suas produções e atender os consumidores. As encomendas passaram a ser realizadas via watts app, diretamente entre os consumidores e agricultores. Após as visitas de pares para a certificação, o grupo de agricultores passou a se organizar de forma autônoma, sem o auxílio do IFRS e da Emater.

Frente ao exposto sobre o processo de criação da Feira Ecológica, é possível observar que as iniciativas para construção desse espaço se atribuem aos próprios agricultores familiares, preocupados em ofertar alimentos de qualidade diferenciada e de procedência conhecida ou definida, bem como para auxiliar na composição das suas rendas.

Todavia, a Feira Ecológica, como também o caso da comercialização de cestas prontas pela Produtora 7, não teriam se consolidado sem o apoio e a intervenção das instituições ligadas aos agricultores e ao meio rural. Estas, ao trabalharem em conjunto, contribuem para a construção social e a manutenção desses mercados, fortalecendo a produção e o consumo de alimentos na localidade.

Tudo isso vem ao encontro da ideia da construção social dos mercados e de redes sociais, conceitos abordados na teoria da sociologia econômica, onde esses espaços de comercialização são construídos sob processos de interação social entre os diferentes atores que participam de sua idealização. E ainda, que as relações de comercialização entre produtores e consumidores de alimentos não perpassam apenas por aspectos econômicos, especificamente preço e quantidade e/ou curvas de demanda e oferta (GRANOVETTER, 2005; GAZOLLA; PELEGRINI, 2010).

4.2 Os feirantes

Os feirantes que integram a Feira Ecológica são agricultores familiares do meio rural do município de Rolante, que produzem seus produtos e os trazem para comercializar nessas feiras. A partir dos relatos é possível elencar os principais motivos que levaram esses agricultores a iniciar a comercialização de seus produtos nesses mercados. Desde a necessidade de uma fonte de renda extra, até a possibilidade de concretização da criação de maiores vínculos de confiança ou de aproximação com os consumidores, para aqueles buscam estabelecer, por diferentes motivos, esse tipo de relação. A produção de produtos ecológicos é vista como uma forma de agregar valor

ao seu produto, se posicionando a favor da comida sem veneno. Podem ser destacadas, também, as vantagens de não existir intermediários na relação de compra e venda, quando a comercialização é realizada diretamente entre o produtor e o consumidor, como acontece nas cadeias curtas.

Os agricultores feirantes da Feira Ecológica têm, em média, 40 anos de idade, abrangendo pessoas de 21 anos a 54 anos de idade. Com relação ao tempo em que participam da feira, como ela acontece há cerca de um ano e meio, compreende feirantes que estão lá desde seu início até a inclusão mais recente, há seis meses. As propriedades rurais têm, em média, uma área de 8,85 hectares. No que se refere ao tempo em que o imóvel está sob a posse familiar, verificou-se que o tempo médio é de 27 anos, contudo, predominam iniciativas recentes, quatro propriedades iniciaram suas atividades a menos de quatro anos.

Dentre as quatro iniciativas recentes, podemos classificar três delas como uma categoria emergente no meio rural, que vem sendo denominada de “neo-rurais”. Como já abordado na seção 2.2, de acordo com Giuliani (1990), os neo-rurais correspondem a uma migração urbana para o rural, a fim de desenvolver projetos pluriativos e diferenciados frente ao modelo hegemônico de agricultura. Estes objetivam contato direto com a natureza, tranquilidade, relações sociais e a oferta de produtos rurais distintos.

Ao se falar de projetos pluriativos, se refere a uma nova dinâmica ocupacional do meio rural, já salientada por Froehlich e Diesel (2009). Além da produção de alimentos, a dedicação também pode ser uma forma aparente de garantia da qualidade desses produtos, a conservação das características paisagísticas das regiões, a proteção ambiental no meio rural, a manutenção de um contexto econômico e social rural, e a diversificação das atividades, com destaque para o turismo rural. Frente a essa pluralidade, foi possível identificar tal dinâmica não só nos neo-rurais, mas de forma geral, também em todos os produtores da Feira Ecológica, que dentre as sete famílias, duas delas também retornaram ao campo após se aposentarem na cidade, especificamente a família do Produtor 3 e da Produtora 5.

No que se refere às atividades desempenhadas por eles no campo, que condizem com essa nova dinâmica rural, tem-se: a produção orgânica, comercialização de PANCs, o sistema agroflorestal, os guardiões de sementes, saboaria artesanal com coleta de óleo de cozinha, o uso de tecnologias sociais e o turismo de experiência. As tecnologias sociais condizem a um produto, método ou técnica criada para solucionar algum problema social, se caracteriza por ser simples, de baixo custo, de fácil aplicabilidade e de impacto. Sobre essas tecnologias, foram relatadas ações de: aproveitamento da água da chuva; compostagem; banheiro seco; sistema de saneamento com

separação de águas claras, cinzas e negras, possibilitando direcionar esses resíduos para os cultivos; bioconstrução; e o calendário biodinâmico.

Com relação ao turismo de experiência, as famílias da Produtora 2 e Produtor 4 já oferecem esse serviço em suas propriedades. Ambas estão cadastradas no site Worldpackers – Mochileiros pelo mundo -, e recebem turistas que buscam experiências díspares pelo mundo. No relato da Produtora 2, neo-rural, é possível compreender como funciona o turismo de experiência na prática.

Quando a gente veio pra cá, não foi com o objetivo de se isolar, a gente veio para viver uma vida diferente e a gente tem esta característica do social né, do comunitário, das redes. Então a experiência do turismo, desde o início lá em Porto Alegre, a gente contou com assessoria para analisar a nossa proposta, a gente não queria ser um hotel né, e ao mesmo tempo a gente queria receber as pessoas, então nos foi apresentado essa proposta do turismo de experiência, dentro do turismo rural. A nossa experiência é uma proposta em que gente convida as pessoas para conviverem neste espaço coletivo, pra conviver com essa rotina que a gente chama de rotina compartilhada, onde as pessoas entram na divisão das tarefas, tarefas ligadas a bioconstrução, de cultivo e a rotina de cozinhar, a trilha e banho de cachoeira. Troca por hospedagem e uma colaboração simbólica com dinheiro para a alimentação (PRODUTORA 2, 2020).

Sobre o nível de escolaridade dos agricultores da Feira Ecológica, 90% possuem desde o ensino médio completo até pós-graduação, incluindo um em nível de doutorado, indicando certo grau de qualificação. Além do grau de escolaridade ser diferenciado, estes demonstram a busca recorrente por conhecimento, tendo como principal parceiro o IFRS. Desde 2018, todos eles frequentaram, ao menos um módulo, do curso de extensão em Agroecologia, sendo ele dividido em três módulos: I, II e III. Além do curso em Agroecologia, foram citados também outras formações, como, por exemplo, horticultura orgânica, plantas bioativas, turismo rural, design de ecovilas, agricultura biodinâmica e especialização em desenvolvimento rural.

No que tange aos aspectos econômicos, se questionou os feirantes sobre quanto à venda na feira e de cestas prontas representa no total da renda familiar. Constatou-se que para 50% dos produtores essa comercialização corresponde a até 20% da renda familiar, e para 16,67% dos feirantes representa de 80% a 100% da renda. Logo, de modo geral, pode-se dizer que as vendas na feira ainda se caracterizam pela venda da produção do excedente das propriedades, compondo a renda total das famílias junto com outras fontes.

4.3 Desafios e possibilidades

Tomando por base os relatos dos produtores e dos representantes de entidades ligadas ao setor agrícola do município de Rolante/RS, foi possível delinear alguns desafios e possibilidades

para a manutenção e consolidação da Feira Ecológica e do Grupo Jaracatiá, bem como, de modo geral, para o desenvolvimento rural do município e da região.

O atual contexto do rural é resultado de um alto nível de tecnificação e da exclusão de quem não acompanhou essa evolução. A migração do campo para a cidade ainda persiste, contudo foi possível identificar em Rolante um ainda incipiente movimento contrário, de quem estava nos grandes centros urbanos, e vem buscando no rural um novo modo de vida e a consolidação de uma outra agricultura, com novas formas de trabalho, com novos produtos e serviços a serem oferecidos à sociedade, os neo-rurais. A dinâmica da neo-ruralidade ainda é incipiente, se comparada ao movimento de êxodo rural nos últimos sessenta anos, mas traz ares de novidade para o campo.

Em Rolante, se acredita que esse movimento vem modificando a vida das famílias aos poucos, pois é uma possibilidade de fornecer alimentos rotulados como ecológicos e “mais saudáveis” à população. Considerando as três dimensões do desenvolvimento sustentável, economicamente, esses agricultores estão gerando renda para suas famílias, uma vez que buscam a certificação orgânica e a ampliação desse mercado. Em relação a dimensão ambiental, há evidências que existe uma consciência sobre a preservação ambiental, a não contaminação do solo e da água, já que praticamente não fazem uso de agroquímicos na produção. Quanto a dimensão social, é um modo de vida que viabiliza a reprodução social destes agricultores familiares.

Partindo da perspectiva da ampliação da Feira Ecológica e/ou do alcance espacial deste mercado, se ressaltam alguns desafios, como, por exemplo, a padronização dos produtos, o aumento da produção para se atender a outros mercados e a conscientização da população local sobre a possibilidade de se produzir sem agroquímicos. Se percebe a busca pela consolidação e ampliação de mercados com viés agroecológico. O acesso ao crédito, via políticas públicas, também foi citado pelos atores sociais, como forma de financiar esses agricultores, objetivando o aumento da produção e da produtividade, mas ainda não obtiveram êxito. Nesse sentido, existe um movimento chamado de Community Supported Agriculture (CSA) ou Comunidade que Sustenta a Agricultura, uma possibilidade de fomento a Feira Ecológica. No Brasil, os trabalhos iniciaram em 2011, inicialmente em Porto Alegre/RS, mas atualmente já existem vários projetos em todo o país.

O CSA é um modelo de trabalho em conjunto entre produtores de alimentos orgânicos e seus consumidores, visa o desenvolvimento rural sustentável, onde um grupo fixo destes últimos se comprometem, por um determinado período, a custear a produção dos agricultores. Estes, em contrapartida, retribuem com alimentos produzidos na propriedade. Logo, não existe pressão de

mercado sobre preço e quantidade, e os consumidores recebem produtos de qualidade, procedência conhecida e contribuem para a permanência dos agricultores no campo.

Por conseguinte, levando em consideração o contexto de criação da Feira Ecológica e atores envolvidos, o município detém em seu território uma produção sustentável. Se entende que os mercados tendem cada vez mais a aceitar e difundir a ideia de produção conectada com a preservação. Se está diante do início de formação de um novo rural, pluriativo, que não é só produção de commodities e alimentos em geral. A agroecologia e a produção orgânica vêm conquistando seu espaço, um mercado em ascensão e Rolante não está fora disso.

O incentivo ao campo deve ser constante, pautar a discussão para a qualidade de vida que este meio oferece, diversificar as atividades possíveis de renda, a redução da penosidade laboral, atividades de lazer, investimentos em todos os âmbitos, saúde, infraestrutura e educação, são ações que influenciam na permanência das pessoas no rural. O papel do Estado e de toda a população é essencial.

No que se refere à área compreendida pelos estabelecimentos rurais, a fragmentação das propriedades também é percebida como um problema. As áreas são comercializadas em pequenas “chácaras”, adquiridas por quem mora nos centros urbanos, e passa a utilizar esse espaço não para a produção, mas sim como lazer aos finais de semana ou período de férias. A divisão das propriedades familiares entre os filhos como forma de herança, também resulta na fragmentação das áreas, que passam a não serem mais utilizadas para a produção de alimentos. Um desafio também à agricultura de base familiar são as grandes empresas do agronegócio, estas dominam o mercado em que atuam e a mídia, a mesma que produz agroquímicos para a produção, também produz e comercializa medicamentos. Nas pequenas localidades, como é o caso de Rolante/RS, as pessoas estão começando a se preocupar e a procurar alimentos mais saudáveis, mas, em âmbito global, principalmente a mídia e o governo ainda fomentam as grandes empresas.

O objetivo da discussão não é, de forma alguma, dizer que a produção de commodities e/ou das grandes agroindústrias não é importante, pelo contrário, economicamente é fundamental para país, porque, diferentemente da agricultura familiar, produzem, individualmente, mercadorias específicas e em grande escala. Mas o olhar para a agricultura familiar, que produz carne, arroz, feijão, mandioca, leite, frutas e verduras lá no interior dos municípios também é fundamental e representa 77% dos estabelecimentos rurais brasileiros.

Portanto, o agricultor familiar compete diretamente com grandes empresas agropecuárias e latifundiários, bem como, com a produção agrícola de fora do país, a competição é em escala global. A aposta da agricultura familiar é em ofertar um produto diferenciado, de qualidade e

procedência conhecida, e contar ainda com o bom senso do consumidor em valorizar a produção local.

5 Considerações finais

A pesquisa que deu origem a este artigo é parte de um estudo que tem como objetivo geral conhecer e analisar o potencial de mercados locais ou de cadeia curta de alimentos, agroecológicos e orgânicos, produzidos por agricultores familiares em sistemas agroalimentares sustentáveis. Mais especificamente, buscou-se identificar de que forma os agricultores familiares de alimentos agroecológicos e/ou orgânicos do município de Rolante/RS se inserem nesses mercados locais. A construção dos mercados da agricultura familiar parte do princípio que é necessário uma construção social, não se limitando apenas à curva de oferta e demanda, mas que esses mercados estejam imersos e enraizados nas interações socioeconômicas.

O município de Rolante/RS é conhecido como o mais agrícola da região do Vale do Paranhana, em virtude da sua diversidade da produção agrícola e das diferentes dinâmicas locais ofertadas à população, com um destaque para o turismo rural. Sob a perspectiva dos sistemas de produção agroecológica, se identificou na localidade a existência da Feira Ecológica, da comercialização de cestas prontas por uma agricultora e do Grupo Jaracatiá.

A idealização e a concretização dos espaços de comercialização e do grupo podem ser atribuídas ao trabalho em conjunto de instituições e atores no intuito de proporcionar à população acesso a alimentos locais e fomento à produção provinda de agricultores familiares do município. Esta ação coletiva é exemplo de uma articulação essencial para a construção de novos mercados. A ideia da construção social dos mercados é pautada na integração dos agricultores familiares, entidades e comunidade local, com o objetivo do bem comum a todos.

Para a consolidação e existência de mercados a exemplo da Feira Ecológica e da comercialização de cestas pela Produtora 7, são consideradas essenciais características como fidelidade, confiança, interconhecimento, amizade, entre outras, oriundas dos vínculos entre consumidor e agricultor. E, sem dúvida alguma, esses atributos se sobressaem às relações de caráter contratual e econômico impostas pelas empresas agroindustriais, onde o preço e a produção em escala são prioritários.

Faz-se menção a pluriatividade dos agricultores familiares, visto que estes se dedicam também, além da produção de alimentos orgânicos, com a comercialização de PANCs, sistema agroflorestal, guardiões de sementes, saboaria artesanal com coleta de óleo de cozinha, o uso de

tecnologias sociais e o turismo de experiência. Atividades ligadas diretamente a proteção ambiental no meio rural e a diversificação das atividades socioeconômicas.

Por fim, acredita-se que este estudo possa contribuir para a reflexão sobre a importância da categoria dos agricultores familiares para a sociedade, bem como para a expansão produtiva via sistemas agroalimentares sustentáveis. Frente a um cenário de muitos desafios, mas também de oportunidades, a aposta de produtores agroecológicos e/ou orgânicos está em ofertar um produto diferenciado, de qualidade e procedência conhecida, e contar ainda com o bom senso do consumidor em valorizar este tipo de produção. Entretanto, observa-se que os mercados tendem a cada vez mais a aceitar e difundir a ideia de produção conectada com a preservação ambiental.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios**: repensando o desenvolvimento rural. Economia Aplicada, São Paulo, v. 4, n. abr./jun. 2000, p. 379-397, 2000.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: A Dinâmica Produtiva da Agricultura Sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007**. Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Brasília. Disponível em: [CAPORAL, Francisco Roberto.; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia**: enfoque científico e estratégico. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, v.3, n.2, p.13- 16, abr./jun. 2002. Disponível em: \[CRISTÓVÃO, Artur. **Mundo Rural**: entre as representações \\(dos urbanos\\) e os benefícios reais \\(para os rurais\\). In: RIEDL, M.; ALMEIDA, Joaquim A.; VIANA, Andyara, L. B. \\(org.\\) Turismo Rural. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, p. 81-116.\]\(http://www.agraer.ms.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/Enfoque_Cientifico_e_Estrategido_ADRS.pdf. Acesso em: 25 abr. 2021.</p></div><div data-bbox=\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6323.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.323%2C%20DE%2027que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em: 25 abr. 2021.</p></div><div data-bbox=)

FAO, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **Representante da FAO Brasil apresenta cenário da demanda por alimentos**. 2017. Disponível em: [FAO, Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura. **Agricultura familiar y sistemas alimentarios inclusivos para el desarrollo rural sostenible**. Santiago: FAO, 2018.](http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/901168/. Acesso em: 10 abr. 2021.</p></div><div data-bbox=)

..... **Agroecología y Agricultura Familiar**. Boletín de Agroecología de Enero del 2021. Plataforma de conocimientos sobre agricultura familiar. 2021. Disponível em: [FROEHLICH, José Marcos; DIESEL, Vivien \(Org.\). **Desenvolvimento rural**: tendências e debates contemporâneos. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2009.](http://www.fao.org/family-farming/themes/agroecology/es/ . Acesso em: 10 abr. 2021.</p></div><div data-bbox=)

- GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio (Org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.
- GAZOLLA, Marcio; PELEGRINI, Gelson. **A construção social dos mercados pelos agricultores**: o caso das agroindústrias familiares. In: CONGRESSO SOBER - SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 48., 2010, Campo Grande. Anais [...]. Campo Grande: SOBER, 2010. p. 1 - 18. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/15/226.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2021.
- GIULIANI, Gian Mario. **Neo-ruralismo**: o novo estilo dos velhos modelos. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.5, n.14, p. 59-67, out. 1990. Disponível em: http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/14/rbcs14_05.pdf. Acesso em: 25 abr. 2021.
- GRANOVETTER, Mark. *The Impact of Social Structure on Economic Outcomes*. Journal of Economic Perspectives. Volume 19, Number 1, pp. 33 – 50, 2005. Available in: <https://pdfs.semanticscholar.org/7e1f/e4bdcae01d052348e984d919552e146c5e58.pdf>. Accessin: 25 apr. 2021.
- HLPE, High Level Panel of Experts. *Agroecological and other innovative approaches for sustainable agriculture and food systems that enhance food security and nutrition*. Rome: 2019. Disponível em: <http://www.fao.org/3/ca5602en/ca5602en.pdf>. Accessin: 25 apr. 2021.
- IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/rolante/pesquisa/23/27652?detalhes=true>. Acesso em: 10 out. 2018.
- MARCUZZO, Juliana Luisa; RAMOS, Marília Patta. **A definição de rural e urbano e o desenvolvimento regional**: uma avaliação de diferentes metodologias de avaliação. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2004, Santa Cruz do Sul. Anais [...]. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2004. p. 1 - 28. Disponível em: <https://www.unisc.br/site/sidr/2004/urbano/01.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2021.
- MILONE, Pierluigi. **Agricultura campesina y circuitos cortos**: nuevas tendencias en Europa. In: Comisión Económica para América Latina y el Caribe. Agricultura familiar y circuitos cortos: nuevos esquemas de producción, comercialización y nutrición. Santiago de Chile: Cepal - Naciones Unidas, 2014. p. 15-20. (Seminarios y conferencias Nº 77).
- MOTTET, Anne et al. *Assessing Transitions to Sustainable Agricultural and Food Systems: a tool for agroecology performance evaluation (tape)*. Frontiers In Sustainable Food Systems, Switzerland, v. 4, n. 1, p. 1-21, 16 dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fsufs.2020.579154>. Acesso em: 25 abr. 2021.
- NANDI, Aline. **Entre saberes e afazeres**: a dinâmica das atividades rurais das mulheres agricultoras familiares no contexto do desenvolvimento regional (Rolante/RS). 2015. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Faculdades Integradas de Taquara, Taquara, 2015.
- NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil**: os limites do passado e os caminhos do futuro. Estudos Avançados, São Paulo, v. 15, n. 43, p.83-100, dez. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300009. Acesso em: 25 abr. 2021.
- NAVARRO, Zander. **Agroecologia**: as coisas em seu lugar (a agronomia brasileira visita a terra dos duendes). COLÓQUIO, Taquara, v. 10, n. 1, p.11-45, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/23>. Acesso em: 25 abr. 2021.

NIEDERLE, Paulo André; FIALHO, Marco Antônio Verardi; CONTERATO, Marcelo Antônio. **A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil: aprendizagens, esquecimentos e novidades.** Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 52, n. 1, p.11-24, fev. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a01v52s1.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2021.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época.** 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POZZEBON, Luciana; RAMBO, Anelise Graciele; GAZOLLA, Marcio. **As Cadeias Curtas das Feiras Coloniais e Agroecológicas: Autoconsumo e Segurança Alimentar e Nutricional.** Desenvolvimento em Questão, Unijuí, v. 16, n. 42, p.405-441, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/6057>. Acesso em: 25 abr. 2021.

RENTING, Henk; MARSDEN, Terry; BANKS, Jo. *Compreendendo as redes alimentares alternativas: o papel das cadeias curtas de abastecimento de alimentos no desenvolvimento rural.* In: GAZZOLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio (Org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 27-51.

SCHNEIDER, Sergio. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate.** Revista de Economia Política, v. 30, n. 3, p.511-531, set. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000300009. Acesso em: 25 abr. 2021.

SCHNEIDER, Sergio. *Mercados e agricultura familiar.* In: MARQUES, Flávia Charão; CONTERATO, Marcelo Antônio; SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **Construção de mercados e Agricultura Familiar: Desafios para o Desenvolvimento Rural.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016. p. 93-140.

SCHUTTER, Olivier de. **Agroecologia e o Direito Humano à Alimentação Adequada.** Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Conselho de Direitos Humanos. Tradução do Relatório apresentado na Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN. Brasília, DF: MDS, 2012.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

WANDELEY, Maria Nazareth B. *A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento.* In: GIARRACCA, Norma. **Una nueva ruralidad en America Latina?** CLASCO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales) Buenos Aires, Argentina, 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Raízes históricas do campesinato brasileiro.* In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: Realidades e Perspectivas.** Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 23-56.